O CONTROLE TÉCNICO E LEGAL

DANIEL HERZ *

Frente à tarefa de analisar o controle legal e técnico sobre os meios de comunicação de massa, adotamos alguns critérios que aqui serão ressaltados. Entendemos que *controle legal* refere-se às normas e à legitimidade jurídico-formal que condicionam as relações de produção na área da comunicação. Por outro lado, *controle técnico* refere-se à disponibilidade privada ou social dos meios de produção.

Como registra o documento básico do VII Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, constata-se no Brasil uma imensa ingerência do Estado sobre os meios de comunicação. Essa ingerência do Estado é particularmente presente na radiodifusão que, juridicamente, é enquadrada como serviço público. Coincidentemente, a radiodifusão envolve dois veículos que constituem a base do sistema de comunicação de massa no Brasil: o rádio e a televisão que absorvem quase 70% dos recursos publicitários disponíveis no País.

Concentramos nossa análise sobre a radiodifusão por dois aspectos. Em primeiro lugar, porque a sua acelerada expansão verificada nos últimos vinte anos acabou definindo, em grande parte, as possibilidades de desenvolvimento dos demais meios, igualmente dependentes do mercado publicitário. Em segundo lugar, porque a radiodifusão, como serviço público, está subordinada ao controle direto do Governo, sendo os problemas de controle técnico e legal que nela se verificam, em larga medida, decorrência direta do tipo de intervenção praticada pelo Estado. Em terceiro lugar, e também devido ao seu caráter de serviço público, a radiodifusão evidencia claramente as contradições entre o interesse público e o privado, que marcam todos os meios de comunicação submetidos à exploração privada-comercial.

*Bacharel em Jornalismo, Mestre em Comunicação (UNB). Liderou a criação da Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação. Atualmente é Professor do Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Ressaltamos também que, ao invés de detalharmos os aspectos jurídicos (o surgimento, a evolução e a aplicação da legislação) e os aspectos técnicos (por quem e como os meios são controlados), resolvemos aprofundar o exame das determinações históricas (políticas e econômicas) que marcam o atual controle da radiodifusão no Brasil. Trata-se, portanto, de ressaltar o processo histórico que gera a legislação vigente e a atual concentração de capital e tecnologia sob controle privado comercial.

Por outro lado, optamos por um maior detalhamento das informações referentes à disputa que se verifica hoje pelo controle das novas tecnologias de comunicação, que são baseadas na microeletrônica e nas técnicas digitais. Sendo poucas as informações e estudos disponíveis sobre este aspecto, pareceu-nos politicamente conveniente fornecer elementos para o debate.

1. Evolução histórica

Os meios de comunicação de massa no Brasil desenvolvem-se desde o início do século com a importação dos meios técnicos que geralmente eram operados com um caráter experimental. Uma vez instalados, esses meios técnicos foram sendo progressivamente absorvidos pelo setor privado-comercial, tornando-se empresas voltadas para a acumulação capitalista.

O Estado, especialmente a partir da Revolução de 1930, quando se moderniza e começa a racionalizar sua intervenção sobre a economia e a sofisticar sua capacidade de mediação política, evidencia preocupação em controlar a produção cultural e, especialmente, as práticas de comunicação de massa.

O desenvolvimento dos meios de comunicação de massa acompanha o ritmo do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e não tem expressão econômica muito relevante até 1964. Desde o golpe de 1964, porém, a via de desenvolvimento capitalista adotada, resultante da conquista do Estado pela burguesia industrial e financeira internacional e associada, transformou os meios de comunicação de massa em área de acumulação intensiva. Essa transformação irrompe, inclusive, no campo das diversões públicas (cinema, teatro, espetáculos, etc.) que, progressivamente, passam a ser objeto de especulação capitalista.

Mesmo assim, as limitações do capitalismo brasileiro fazem com que o ramo das diversões públicas seja ainda secundário para a acumulação do capital, ao contrário do que se verifica com a imprensa e a radiodifusão. Nesse campo das diversões públicas, pressionado pela inte-

lectualidade – e também como forma de cooptação dessa intelectualidade – o Estado intervém financiando e subsidiando a produção cultural que, em geral, tem que se submeter ao seu crivo político.

O desenvolvimento das forças produtivas, envolvendo as práticas de comunicação de massa, desde 1964, foi gigantesco e decorreu do modelo econômico adotado que gerou um mercado interno baseado na concentração da renda e voltado especialmente para os bens de consumo duráveis e serviços sofisticados produzidos pelos setores industriais e financeiros, vinculados ao capital internacional.

A velocidade e a intensidade das transformações econômicas pós-64, que aprofundaram as relações capitalistas no Brasil, impuseram transformações correspondentes aos meios de comunicação de massa. Estes passaram a cumprir funções indispensáveis à reprodução ampliada do capital. Isto é, passaram a atuar estimulando intensivamente o mercado de consumo e com isso contribuindo para a circulação da produção das grandes empresas. O sistema de comunicação de massa age de forma decisiva nessa evolução das relações econômicas que caracterizam o capitalismo no Brasil pós-64.

O desenvolvimento dos meios de comunicação de massa no Brasil pós-64 vinculou-se ao acelerado processo de implantação e expansão do capital monopolista. Esse papel econômico, exercido diretamente pelos meios de comunicação de massa, lhes confere características singulares em relação aos dos países economicamente mais atrasados. No Brasil, esses meios cumprem uma função extremamente ativa nos planos político e econômico. Não são simplesmente meios de propagação ideológica comparáveis à escola, à família, etc. São, isto sim, meios privilegiados de organização social que cumprem um decisivo papel político e econômico. Os meios de comunicação de massa não cumprem, portanto, um simples papel ideológico na constituição da hegemonia burguesa, mas exercem uma função organizadora e constitutiva das relações políticas e mercantis da sociedade brasileira.

A instalação do capital monopolista no próprio ramo da comunicação de massa gerou uma violenta defasagem entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. No ramo da comunicação surgem empresas de porte comparável às dos países desenvolvidos e desproporcional às pequenas e médias empresas nacionais. Por outro lado, o acesso à veiculação publicitária nas grandes empresas privadas da área da comunicação é um privilégio das grandes empresas industriais, comerciais e financeiras. O baixo custo na relação investimento/público atingido, que se reduz na proporção em que cresce a área de cobertura, esconde o valor absoluto mínimo necessário para a veiculação

de publicidade, por exemplo, na Rede Globo. Valor este que, geralmente, é insuportável para as pequenas e médias empresas.

Ao papel econômico cumprido pelos meios de comunicação de massa corresponde um papel político. Trata-se de legitimar o regime que sustenta o modelo econômico imposto pela burguesia industrial e financeira associada ao capital internacional. Os meios de comunicação, que em sua absoluta maioria também são empresas capitalistas, legitimam e sustentam os governos e os métodos repressivos e autoritários usados para garantir o processo de concentração de renda e superexploração da força de trabalho. Os meios de comunicação de massa cumprem esse papel fazendo propaganda direta do governo, omitindo as informações que contrariem os interesses dos governantes e interpretando a realidade de uma forma que interessa às classes dominantes.

A organização dos meios de comunicação de massa, numa sociedade como a brasileira, é portanto uma área extremamente sensível, onde se explicita claramente a estratégia de dominação burguesa.

A montagem do sistema de comunicação necessário para cumprir o papel político e econômico compatível com o projeto da burguesia industrial e financeira internacional não foi acidental. Privilegiou-se a televisão por ser o veículo mais apropriado para atingir, de forma econômica, o país inteiro. Isto é, para estimular um mercado gerado pela concentração da renda e por isso integrado por uma população pouco numerosa e, em certa medida, dispersa geograficamente.

O capital internacional buscou criteriosamente um sócio local e o escolhido foi o empresário Roberto Marinho, com excelente folha de serviços prestados ao capital estrangeiro, como a ativa participação na campanha (financiada por empresas multinacionais) movida contra a nacionalização do petróleo e contra as posições nacionalistas do governo de Getúlio Vargas, só para citarmos um exemplo. Os contatos entre a Globo e o grupo norte-americano Time-Life iniciaram em 1961 e já em 1962 foram assinados contratos e enviados mais de um milhão e meio de dólares. As ligações da Globo com o grupo Time-Life, entretanto, só puderam realizar-se integralmente após o golpe de março de 1964, com especial apoio dos responsáveis pela área econômica do governo golpista, como o atual senador Roberto Campos, "malufista" e do PDS. Diversas outras personalidades que ocuparam funções importantes no aparelho governamental a partir de 1964, e que estão no governo até hoje, responsabilizaram-se por conivência, negligência ou omissão nas irregularidades que possibilitaram a implantação da Rede Globo, inconstitucionalmente amparadas pelo capital estrangeiro.[1]

[1] O processo de implantação da Rede Globo foi detalhadamente examinado na dissertação de mestrado elaborada pelo autor: Herz, Daniel. *A introdução de novas tecnologias de comunicação no Brasil: tentativas de implantação do serviço de radiodifusão, um estudo do caso*. Brasília, UnB, 1983.

A intervenção inconstitucional do capital estrangeiro sobre as organizações Globo, através do grupo Time-Life, forneceu as condições financeiras e técnicas para um acelerado desenvolvimento. A implantação da Rede Globo vinculou-se, por outro lado, a um processo igualmente acelerado de expansão e modernização da infra-estrutura de telecomunicações que também reflete a penetração das multinacionais da indústria eletro-eletrônica no Brasil. O desenvolvimento dessa infra-estrutura de telecomunicações possibilitou que a Rede Globo se afirmasse como o primeiro sistema de comunicação a funcionar em escala nacional, a exemplo das redes norte-americanas de televisão. O capital, o apoio técnico e as avançadas técnicas gerenciais e de marketing proporcionadas pelo grupo Time-Life forneceram as condições básicas para o desenvolvimento da Rede Globo. A nova televisão brasileira gerada pela instalação da Rede Globo expandiu-se violentamente: no início da década de 80, já estava absorvendo mais de 60% do total das verbas publicitárias investidas no país, sendo portanto o principal veículo de comunicação de massa (ver quadro). E do total dos investimentos publicitários destinados à televisão, cerca de 70% são captados pela Rede Globo.

Com a implantação da Rede Globo criou-se um ramo privilegiado de acumulação de capital que desenvolve-se vinculado aos ramos modernos da indústria e do setor terciário, beneficiados pelas políticas econômicas pós-64. A radicalização da exploração privada comercial praticada pela Rede Globo impulsionou toda a radiodifusão (rádio e televisão) que absorve, atualmente, quase 70% do montante dos investimentos publicitários aplicados no Brasil. Essa exacerbação do caráter privado-comercial da radiodifusão condiciona o desenvolvimento de todos os meios de comunicação de massa. A radiodifusão, portanto, está no centro do desenvolvimento de todo sistema de comunicação no Brasil.

DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO PUBLICITÁRIO (%)

Ano	TV	Jornal	Rádio	Revistas	Outros
50	–	39	24	10	27
55	–	36	24	11	29
60	9	33	14	11	33
65	32,8	18,4	19,5	25,6	3,7
71	39,3	24,8	12,7	17,0	6,2
75	53,9	19,8	8,8	14,1	3,4
80	57,8	16,2	8,1	14,0	3,9

FONTE: Grupo de mídia de São Paulo e Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República.

2. A Legislação e a Política Oficial

A expansão da radiodifusão privada-comercial foi baseada na legislação vigente desde 1962 (Lei 4.117 de agosto de 1962), posteriormente complementada pelo Decreto 236 de fevereiro de 1967. Essa legislação é genérica e ambígua na definição de um papel social para a radiodifusão. Na verdade, essa legislação é formalmente ambígua, porque, ao não estabelecer limites claros para a exploração privada dos serviços públicos de radiodifusão, assegura uma liberalidade propícia às empresas capitalistas.

A legislação brasileira adota o princípio, consagrado universalmente, de que a radiodifusão é considerada como um serviço público, por valer-se do espectro eletromagnético, considerado como um recurso natural escasso e de domínio público. Mas essa legislação desconsidera as conquistas democráticas alcançadas em vários países desenvolvidos, no sentido de se limitar o uso privado desse serviço público. A legislação de radiodifusão vigente no Brasil favorece inequivocamente o capital. Por outro lado, afirma-se pela clareza de certos princípios autoritários, como o dispositivo herdado da Regulamentação das Radiocomunicações de 1931, que atribuía ao Presidente da República prerrogativas para decidir exclusivamente e sem critérios objetivos sobre a outorga de concessões. O Código Brasileiro de Telecomunicações, nesse sentido, mesmo sendo instituído pelo Congresso e num período de normalidade institucional, é um verdadeiro AI-5 da comunicação de massa no Brasil.[2]

A expansão da radiodifusão foi possibilitada, também, pela violenta concentração de capital e tecnologia em algumas poucas empresas que foram aquinhoadas com favores governamentais como outorga de concessões além dos limites legais, tolerância com o controle indireto das concessões por "testas-de-ferro", aumentos de potência, etc. O próprio secretário de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, Lourenço Chehab (que ocupou esse cargo nos governos Geisel e Figueiredo), colocou todos os radiodifusores sob suspeita quando admitiu publicamente que o seu ministério não tinha condições para impedir o controle indireto das concessões através dos "testas-de-ferro".[3]

[2] Alusão ao Ato Institucional nº 5, que simbolizou o despotismo dos governos pós-64. Foi promulgado a 13 de dezembro de 1968 e dava poderes absolutos ao Presidente da República. Incluía um dispositivo que colocava as decisões do Executivo acima da justiça: "Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com esse Ato Institucional e seus Atos Constitutivos, bem como os respectivos efeitos".

[3] Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação. Boletim do I Encontro de Radiodifusão, Porto Alegre – RS. Boletim da ABEPEC. n. 11. fev./mar. 1980, p.2.

Com essas garantias para o avanço da exploração privada-comercial, as emissoras extrapolaram até mesmo as tímidas restrições contidas na legislação que estabelece a subordinação da exploração comercial às "finalidades educativas e culturais inerentes à radiodifusão".[4] Apesar da imprecisão e da generalidade desse princípio, se aplicado com a interpretação mais óbvia, colocaria na ilegalidade a absoluta maioria das emissoras de radiodifusão e de um modo muito especial a Rede Globo. A utilização do *merchandising*, que é a propaganda comercial veiculada de maneira subliminar e até mesmo ostensiva, no interior da programação de entretenimento, constitui violação flagrante da legislação vigente que é praticada impunemente pela maioria das emissoras de televisão.

Mas não é a tolerância com a prática do *merchandising* a maior fonte de corrupção da radiodifusão brasileira. É a política governamental que acata servilmente a imposição "de fato", feita pelas grandes empresas e especialmente pela Rede Globo, de um modelo de televisão para o Brasil. Nas diretrizes estabelecidas pela Presidência da República, no governo do general Figueiredo, essa política de radiodifusão está bastante explícita:

> "4 – A radiodifusão é atividade eminentemente privada, reservada no País exclusivamente a brasileiros. O papel do Estado terá caráter meramente supletivo e dirigido a objetivos específicos.
>
> 4.1 – A concessão de canais de radiodifusão levará em conta, além dos critérios técnicos e legais pertinentes, a viabilidade econômico-financeira dos empreendimentos.
>
> 4.2 – A formação de redes nacionais será estimulada, especialmente no campo da televisão, como meio de apoiar a meta de integração nacional e de assegurar a estabilidade econômico-financeira dos empreendimentos, dentro de um regime competitivo e equilibrado.
>
> 4.3 – A interiorização da televisão será incentivada pelo uso da infra-estrutura do sistema nacional de telecomunicações."[5]

A política de radiodifusão expressa nas diretrizes do general Figueiredo nada mais é do que a consagração do modelo de televisão imposto pela Rede Globo, desde a sua implantação, amaparada no capital do grupo norte-americano Time-Life. A imposição deste modelo de televisão tornou-se viável pela coerência da Globo com o modelo econômico, que necessitava de um instrumento eficaz de estimulação de mercado gerado pela e para a concentração da renda em âmbito nacional.

[4] Lei 4.117 de 27 de agosto de 1962.
[5] As diretrizes da comunicação. *O Globo*. Rio de Janeiro, 28 de março de 1979. p.10.

Afirmou-se também pelo peso político que a Globo adquiriu e pelo seu inevitável sucesso comercial.

O modelo de televisão imposto pela Rede Globo é tido no Brasil como o "modo natural" da televisão existir. Tamanha é a eficácia desse modelo que nem a presença de uma empresa anômala como a Rede Globo – até mesmo se confrontada com a limitada legislação vigente – sofre a contestação dos setores empresariais e profissionais diretamente prejudicados. Mesmo sendo uma empresa montada inconstitucionalmente pelo capital estrangeiro. Mesmo concentrando, graças a favores e privilégios governamentais, impressionante poder tecnológico e econômico. Mesmo que, pela sua forma de expansão – através de retransmissoras que atingem 99% dos domicílios com TV, em 88% dos municípios, atingindo 93% dos 120 milhões de brasileiros –, a Globo estabeleça uma competição desigual com outras emissoras de televisão, de rádio e até mesmo com os jornais, na disputa pelas verbas publicitárias. Mesmo que atue submetendo a cada minuto o interesse social ao interesse privado-comercial. Mesmo estreitando, com a produção centralizada, o mercado de trabalho para diversas categorias profissionais. Mesmo concentrando nas mãos de um único empresário um fantástico poder político, às custas da execução de um serviço público. Apesar disso tudo, quase ninguém reivindica o fim desse monumental usufruto de recursos públicos e dessa perniciosa política de redes monopolizadoras, ainda que essa reivindicação, além de tudo, ampare-se na legislação vigente.

É preciso ressaltar que a abrangência dos serviços de televisão prestados pela Rede Globo – para prosseguirmos exemplificando com a expressão mais acabada do "modelo de redes" – não tem similar entre outros serviços públicos como eletricidade, água, saneamento básico ou mesmo educação. Nenhum destes serviços públicos atinge uma parcela de população tão grande quanto a atingida pela Rede Globo, fornecendo serviços de radiodifusão. A rede de retransmissoras desfrutada pela Rede Globo torna o Brasil o segundo país do mundo em rede de microondas, só atrás dos Estados Unidos. É exatamente grave que isso ocorra justamente com os serviços de uma empresa privada que não fornece água, nem luz, nem esgoto: a Rede Globo fornece idéias, interpretação da realidade. A Globo procura disfarçar sua orientação política e mercantil apresentando-se como uma "mobilizadora da solidariedade nacional" em campanhas que, na verdade, tratam o interesse público de uma forma muito particular. Expressões como "debate" e "mobilização" são usadas para qualificar a orientação dada pela Globo a suas campanhas. Essas expressões escondem o caráter vertical e autoritário da produção e das práticas da empresa que busca legitimidade simulan-

do a discussão de grandes questões nacionais com o enunciado de falsos problemas, como os efeitos terapêuticos de uma determinada planta ou a adoção de certas práticas de ginástica. Ou ainda com a demagógica atuação da Fundação Roberto Marinho que faz filantropia com dinheiro de terceiros e um permanente *merchandising* de si próprio. A grande repercussão de algumas dessas campanhas sensibiliza as pessoas desinformadas e tem que ser desmistificada: com as suas campanhas a Globo não faz nada de excepcional, pois está permanente, diária e cotidianamente mobilizando a nação para tomar coca-cola; para estigmatizar os negros, sempre apresentados como empregados em suas novelas; para vender os discos de suas gravadoras; para incutir que as crianças que comem iogurte são mais saudáveis e inteligentes; que ainda é mais inteligente quem fuma uma certa marca de cigarro; para provar que a felicidade está no consumo; para mostrar que o general Figueiredo também é humano; para apoiar o Governo; enfim, para afirmar as idéias das classes dominantes.

É preciso ressaltar, também, que essa política de estruturação monopolista das redes e as diretrizes que o Governo adota para a radiodifusão – com a concentração de concessões, de abrangência dessas concessões e de potência de emissão em algumas empresas – ampara-se, em certa medida, na legislação vigente, mas não está determinada por essa legislação. Exemplificamos: o Governo poderia adotar, imediatamente, uma política de outorga de concessões exclusivamente a entidades associativas e representativas da sociedade civil, sem fins lucrativos, como sindicatos, cooperativas, etc. E poderia até desfazer os privilégios outorgados abusivamente a certas empresas. Para implementar uma política desse tipo não seria necessária a mudança de sequer uma vírgula da legislação vigente. Isto é, o Governo constrói a sua política de radiodifusão, claramente, a partir dos interesses das classes dominantes que quer preservar e defender. Apesar da radiodifusão ser enquadrada legalmente como um serviço público, não há preocupação do Governo em preservar o interesse das maiorias: a radiodifusão é tratada, como diz a política formulada pelo general Figueiredo, como uma "atividade eminentemente privada".

3. A Amplitude da Presença do Capital Monopolista

A ênfase que estamos dando à radiodifusão e, particularmente à Rede Globo, justifica-se pela expressão desse ramo da comunicação de massa no Brasil. Como já observamos, a radiodifusão absorve quase 70% do montante das verbas publicitárias investidas no país. E o peso da

Globo é impressionante: mais de 40% do total das verbas aplicadas no Brasil são dirigidas a esse grupo privado. Se somarmos a esse total captado pela Rede Globo a publicidade absorvida por outras empresas das organizações Globo, como as redes de rádio em AM e FM, o jornal "O Globo", a Editora Rio Gráfica, entre outros empreendimentos, podemos estimar que quase a metade das verbas publicitárias aplicadas no país destinam-se às empresas de Roberto Marinho. Não é possível, portanto, pensar na reformulação de políticas de comunicação no Brasil – com uma ampla redefinição do controle legal e técnico – em favor dos interesses populares, sem o desmantelamento da Rede Globo e da estruturação monopolista da radiodifusão.

O capital monopolista, entretanto, também encontra-se presente na imprensa, no ramo editorial e na indústria fonográfica, só para citarmos os casos mais graves. E o Estado dispõe de meios eficazes para influenciar esses setores, por exemplo, com o controle de importações de máquinas, equipamentos, peças, papel e insumos diversos. A conivência política do Governo com a instalação do capital monopolista nos diversos ramos da comunicação de massa também manifesta-se de outras formas. Enquanto a espúria Lei dos Estrangeiros foi até há pouco invocada para justificar a perseguição política de personalidades indesejáveis, desconsidera-se a atuação, desde o início da década de 60, do ex-funcionário do grupo norte-americano Time-Life, Victor Civita, que controla no Brasil a Editora Abril, um dos maiores impérios editoriais da América Latina, contrariando as disposições constitucionais que definem como privativas de brasileiros natos a propriedade e a orientação administrativa e intelectual de empresas de comunicação.

O que deve ficar claro é que a presença do capital privado-comercial no sistema de comunicação de massa do Brasil é absoluta. Ao contrário do que acontece até mesmo em alguns países latino-americanos em que setores operários e populares detêm o controle de jornais, editoras e até mesmo emissoras de radiodifusão, no Brasil o capital privado predomina de uma forma avassaladora, monolítica, integral. O que o Brasil lê, ouve e vê é, fundamentalmente, o que determinam os empresários privados, senhores absolutos de processos de comunicação que, contraditoriamente, são cada vez mais socializados.

4. A Disputa das novas Tecnologias de Comunicação

Costuma-se referir por "novas tecnologias de comunicação" ao conjunto de processos, equipamentos de produção e bens de consumo envolvidos nas práticas de comunicação e que utilizam componentes

gerados pela microeletrônica e baseados nas técnicas digitais. Essa tecnologia dissemina-se através de bens de consumo como: videocassete, videodisco, disco fonográfico digital, instrumentos musicais eletrônicos, máquinas videográficas para fotografias, microrreceptores de rádio e TV, TV com tela de cristal líquido, câmaras compactas e portáteis de vídeo, TV de alta definição, sistemas de comando vocal aplicados a brinquedos e eletrodomésticos, máquinas tradutoras, máquinas de escrever de bolso, videogames e computadores domésticos.

Além dos bens de consumo que traficam a avançada tecnologia controlada pelas grandes empresas transnacionais, são muitos os novos serviços que se tornam viáveis com a aplicação da microeletrônica às telecomunicações, gerando as redes de telemática que fundem sistemas de telecomunicações e informática. Entre esses novos serviços destacamos a Cabodifusão ou TV por Cabos, o Videotexto, o Teletexto, o Teletex, a TV por Assinatura, a Recepção Direta de satélites, a Videofonia, a Tele-escrita, o Telefacsímile, a Videoconferência, o Telealarme, o Telecomando, as redes complexas de computadores e, através destas, o Telesoftware, os Bancos de Dados, as Televideotecas, a Computação bancária, a Telemedicina, entre outros.

A "informatização da sociedade", possibilitada pela microeletrônica, vem sendo apontada como um fenômeno análogo ao da revolução industrial que, desde o século XVIII, vem promovendo a substituição de trabalho no que se refere à energia necessária para manipular os materiais utilizados na produção. O trabalho humano foi então deslocado para tarefas mais específicas de manipulação e para funções de controle sobre as operações das máquinas. A automação com as técnicas digitais hoje permite a substituição do trabalho humano tanto nessas tarefas complexas de manipulação como nas funções de controle. Há, portanto, um deslocamento do homem no centro do processo produtivo. Hoje podemos afirmar taxativamente que a utilização do homem como simples força de trabalho manual torna-se, como diz o pesquisador tcheco Radovan Richite, "um freio para as forças produtivas e um desperdício da capacidade humana.[6] Por outro lado, as relações sociais serão profundamente afetadas por novos sistemas de comunicação que permitem se fazer, das próprias residências dos usuários, compras, transações financeiras, consultas a bancos de dados e interligação com computadores, transmissões individualizadas de televisão, entre outros serviços. E isso não é uma antevisão do ano 2000. A automação e esses novos servi-

[6] Richita, Radovan. *Economia Socialista e Revolução Tecnológica.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.

ços de comunicação já estão sendo implementados no Brasil hoje, em 1984.

É evidente que uma tecnologia com tais potencialidades desperta o interesse dos grupos monopolistas nacionais e internacionais da indústria, do setor de serviços e, particularmente, da área da comunicação. O que se observa no Brasil é uma verdadeira "corrida do ouro", com grupos de todas as áreas tentando conquistar, consolidar e ampliar posições. No que diz respeito à microeletrônica e à informática, as pretensões desses grupos têm sido, em parte, freiadas pela atuação da Secretaria Especial de Informática (SEI), criada em 1979 e que tem assegurado uma certa reserva de mercado às indústrias nacionais. A SEI é vinculada ao Conselho de Segurança Nacional, o que não é estranho para uma Política de Informática que começou a surgir das preocupações de certos setores das Forças Armadas com a vulnerabilidade do Brasil num setor que é estratégico para o desenvolvimento da indústria bélica.

Essa política, de marcantes traços nacionalistas, restringe a atuação no Brasil dos gigantes da informática, como a multinacional IBM que controla mais de 70% do mercado mundial de computadores. Essa resistência nacionalista tem sofrido duras investidas, principalmente dos setores representados pelo senador malufista Roberto Campos que dá prosseguimento a uma cruzada "entreguista" iniciada pelo empresário Mário Garnero, do grupo Brasilinvest, e pelos "bolsões radicais" do Ministério das Comunicações, no qual destaca-se o secretário-geral, Rômulo Viller Furtado, que está envolvido em algumas das piores coisas ocorridas neste Ministério nas últimas duas gestões.

A polarização de posições entre os setores nacionalistas e os defensores de franquias ao capital internacional no setor, entretanto, abrange de forma muito limitada o conjunto dos interesses envolvidos. A Política de Informática que determinados setores do Governo estão sustentando – inclusive contra posições explicitamente antagônicas de outros setores desse mesmo Governo – restringe-se praticamente a diretrizes de *política industrial*. Além disso, é preciso ressaltar que essa política industrial não tem premissas, não esclarece que finalidades sociais serão perseguidas e trata um problema de repercussões imensas como se fosse uma mera questão técnica. Ou seja, o Governo está definindo *quem* deve produzir os componentes, equipamentos e sistemas baseados na microeletrônica. E deixa de lado aquelas que são as grandes questões para os assalariados atingidos pela automação, para os dependentes de serviços públicos especialmente na área de saúde e educação, enfim, para a maioria da população. A política do Governo não projeta *como* e *em que setores* será implantada a informática, nem que prioridades serão estabelecidas e que benefícios serão perseguidos e que

problemas devem ser evitados no processo de disseminação da informática.

O setor de comunicação, portanto, está até certo ponto desguarnecido, e o que se observa é o avanço das grandes empresas que lutam para estender às novas tecnologias – especialmente àquelas que constituem serviços públicos e tem grande abrangência – os mesmos critérios que lhes asseguram o controle das tecnologias convencionais. Veremos, a seguir, alguns exemplos dessa disputa de interesses no Brasil.

5. O Avanço dos Interesses Privados e Multinacionais

5.1. O "caso" TV por Cabos

Em dezembro de 1973, no V Seminário Brasileiro de Telecomunicação, realizado em Garanhuns (Pernambuco), foi aprovada em plenário uma proposição da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Pontifícia Universidade Católica – RS, no sentido de que "fosse solicitado pelo Programa Nacional de Teleducação – PRONTEL, ao Ministério das Comunicações, cópia do projeto da Lei de Cabodifusão, considerando o especial interesse das Universidades em serem ouvidas a respeito". Embora essa moção fosse aprovada pelo plenário, foi misteriosamente excluída do documento final do encontro. Nos bastidores do Seminário comentava-se que o Serviço de Cabodifusão já estaria destinado a ser explorado comercialmente pela Rede Globo.

Em julho de 1974, no III Congresso Brasileiro de Telecomunicações, foi novamente torpedeada uma iniciativa da Universidade brasileira. Nesse Congresso, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul manifestou-se – apoiada pela Companhia Rio-grandense de Telecomunicações – no sentido de que as Universidades recebessem do Ministério das Comunicações o anteprojeto do novo Código Brasileiro de Telecomunicações e os estudos referentes à TV por Cabos, para enriquecerem a matéria com contribuições especializadas e estudos bilaterais. Essa proposta foi derrotada no plenário, graças à intervenção do sr. Jefferson Machado, representante da Companhia Telefônica Brasileira – CTB, afirmando que não via "por que se dar um destaque especial de enviar às Universidades o anteprojeto para conhecimento especial". Essa posição foi apoiada com o voto do plenário, composto em sua maioria por representantes das empresas pertencentes do grupo estatal Telebrás.

Em 1974, através do processo nº 19.290/74, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul solicitou autorização para a implantação de um projeto experimental de serviço de televisão por Cabos numa comunidade típica do interior do Rio Grande do Sul. Esse projeto piloto

do Serviço de Cabodifusão visava o desenvolvimento de tecnologia nacional para o novo serviço e pretendia também oferecer subsídios para uma criteriosa elaboração de legislação sobre a matéria. O Ministro Euclides Quandt de Oliveira, através de seu Secretário Geral, Rômulo Villar Furtado, negou autorização para o desenvolvimento do projeto. Na resposta que impedia uma Universidade brasileira de desenvolver tecnologia nacional o Ministério das Comunicações argumentou que *"considerando que já existem outros pedidos de entidades particulares interessadas no assunto* e objetivando que a implantação desse novo serviço se realize de maneira ordenada, solicitamos, como já foi feito para outras entidades, que seja aguardada a regulamentação final, bem como a publicação dos padrões técnicos mínimos indispensáveis".

Com essa resposta, o Ministério das Comunicações, através do seu Secretário Geral, Rômulo Villar Furtado, violava a legislação vigente ao igualar a Universidade – que tem prioridade assegurada por lei para a execução de serviços de radiodifusão – a qualquer empresa privada. Fato que se agrava por tratar-se de uma Universidade Federal.

A partir da constatação desses fatos, a Associação de Promoção da Cultura, entidade gaúcha sediada em Porto Alegre, passou a investigar que "entidades particulares interessadas no assunto" levaram o Ministério das Comunicações a negar a uma Universidade brasileira o direito de desenvolver tecnologia nacional e contribuir com estudos especializados sobre matéria de relevante interesse social.

Descobriu a Associação, então, que em Campinas (São Paulo) o médico Altair José Câmera, apoiado por um determinado grupo econômico, possuía um projeto de TV por Cabos com 30 mil pontos, pronto para ser implantado naquela cidade. Descobriu também que a Rede Globo tinha projetos para diversas cidades do país, sob a responsabilidade do ex-Secretário Geral do Ministério das Comunicações, Jorge Marsiaj. Entre os projetos da Globo encontrava-se, pelo menos, o de um sistema com 50 mil pontos, para ser aplicado no Rio de Janeiro, em Copacabana.

Apurou também a entidade gaúcha a existência de um projeto de Serviço de Cabodifusão para Porto Alegre, sob a responsabilidade do então superintendente dos Diários Associados, Nelson Vacari. Este empresário, assim como o médico Altair Câmera e o representante da Rede Globo, vinham se reunindo regularmente com o Secretário de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, major Jorge Pequeno Vieira.

Esses empresários, juntamente com o major Pequeno Vieira, já haviam elaborado sigilosamente um Regulamento para o Serviço de Cabodifusão, que seria instituído tão logo a confraria de empresas tivesse ultimado seus projetos, destinando o serviço à exploração comercial.

Enquanto preparavam os projetos para o Serviço de Cabodifusão, que seriam executados tão logo fosse instituído o Regulamento elaborado secretamente, esses empresários mantinham contatos com indústrias eletrônicas multinacionais que preparavam a fabricação de equipamentos.

No dia 13 de março de 1975 foram enviados ofícios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, da Pontifícia Universidade Católica e da Associação de Promoção da Cultura, convidando o então ministro Euclides Quandt de Oliveira, das Comunicações, para proferir uma palestra e prestar esclarecimentos sobre esses assuntos. O Ministro sequer respondeu ao convite.

Em função da negativa do Ministro em manter diálogo sobre problemas de sua responsabilidade e levando em conta a gravidade dos fatos apurados, a Associação de Promoção da Cultura elaborou dossiês documentando as manobras efetuadas no âmbito do Ministério das Comunicações, para implantar, de forma inaceitavelmente apressada e contrária aos interesses nacionais, o Serviço de Cabodifusão. Os dossiês documentavam os fatos aqui referidos e foram entregues à imprensa, às direções do MDB e da Arena no Rio Grande do Sul, à Secretaria de Segurança do Estado, ao SNI, à Polícia Federal e à 2ª Seção do III Exército, no dia 20 de maio de 1975.[7]

Nos primeiros dias de julho de 1975, através de Portaria, o ministro Quandt de Oliveira exonerou de suas funções o Secretário de Radiodifusão do Ministério das Comunicações major Jorge Pequeno Vieira, alegadamente por "divergências na elaboração de diversos projetos, entre eles o de implantação da Cabodifusão e da Radiobrás".

No final de seu governo o Ministro Quandt de Oliveira, numa última tentativa de aprovar o Regulamento que instituiria a TV por Cabos no Brasil, enviou mensagem solicitando sua decretação ao general Geisel, que apresentou seu veto à matéria, alegando que isso provocaria um volume excessivo de importações.

No dia 5 de junho de 1979, o Ministro Haroldo Corrêa de Mattos enviou mensagem ao general Figueiredo, solicitando a aprovação por Decreto presidencial do Regulamento dos Serviços de Cabodifusão. Argumentava o Ministro que "em conseqüência da redução de encomendas de Telefonia, a indústria vem solicitando a abertura desse novo mercado, que tem grupos interessados em ativá-lo".

[7] A decisão de entregar os dossiês também aos órgãos de segurança foi precipitada pelas ameaças sofridas pelos dirigentes da Associação de Promoção de Cultura. Essas ameaças pretendiam impedir a entrega dos dossiês.

Essa nova tentativa de implantação do serviço de Cabodifusão, por Decreto, provocou uma mobilização de estudantes, pesquisadores, Universidades e parlamentares que promoveram uma intensa campanha. Reivindicava-se que a implantação do serviço de Cabodifusão deveria ser antecedida de uma ampla revisão da legislação vigente de radiodifusão. Reivindicava-se também que não fossem estendidos aos serviços de Cabodifusão, especialmente à propriedade e controle das redes, os critérios de exploração privada-comercial predominantes no rádio e na televisão. O choque de interesses pode ser avaliado pela entrada em cena – com o primeiro dos seus discursos políticos que o colocariam em rota de colisão com o Planalto – do general Antônio Carlos Andrada Serpa, que chegou a acusar publicamente o ministro Haroldo Corrêa de Mattos, das Comunicações, de "impatriota, servo de interesses alienígenas", pelo seu comportamento no episódio.[8] Em virtude das contradições surgidas, o general Figueiredo resolveu suspender a tramitação do projeto de decreto e a implantação do serviço de Cabodifusão, em novembro de 1979.

A análise dos fatos que envolveram as tentativas de implantação no Brasil do serviço de Cabodifusão, desde 1974, evidencia que o Ministério das Comunicações vinha atendendo às pressões de grupos econômicos. No primeiro conflito de interesses que se deu em torno da institucionalização desse novo serviço e que emergiu em 1975, predominavam os interesses de grupos privado-comerciais que pretendiam antecipar-se e garantir o monopólio das redes nos principais mercados. Havia também o interesse de algumas indústrias de cabos e equipamentos de telecomunicações. A pressão para trazer o assunto a público acirrou contradições entre empresas que atuam na área de comunicação, provocando reações especialmente do "Jornal do Brasil". A exoneração do Secretário de Radiodifusão, major Jorge Pequeno Vieira – que no âmbito da Secretaria Geral favorecia alguns grupos empresariais dando-lhes acesso privilegiado à discussão do regulamento do serviço de Cabodifusão – demonstra que o Ministério sofreu fortes pressões políticas. O argumento usado pelo Presidente da República, general Ernesto Geisel, para sustar o projeto do Ministério – alegando que promoveria elevadas importações – certamente esconde restrições políticas mais sérias, pois o parque industrial brasileiro, entre 1975 e 1979, não mudou substancialmente e em 1979 o próprio Ministro das Comunicações revelaria que mais de 80% do equipamento poderia ser fabricado por indústrias nacionais.

[8] Serpa defende país contra multis. *Jornal de Brasília*. Brasília, 27 de outubro de 1979, p.3.

No segundo grande conflito de interesses em torno da implantação do serviço de Cabodifusão, em 1979, novamente estavam presentes os interesses dos grupos privados da área da comunicação que desenvolviam uma tentativa desesperada para conseguir o monopólio das redes nos principais mercados. Com o apoio decidido do Ministério esses grupos procuravam assegurar o caráter privado-comercial da instalação e operação das redes estendendo à Cabodifusão uma política que já havia sido consagrada na radiodifusão convencional. Mas, além dos grupos interessados em controlar as redes de Cabodifusão, ficou evidente em 1979 uma forte presença da indústria, que necessitava de alternativas de produção para fazer frente à crise vivida pelo setor, abalado pela redução de Telefonia. A indústria demonstrava grande interesse na agilização da implantação das redes de Cabodifusão, também, porque daria vazão a uma tecnologia historicamente superada: a dos cabos coaxiais, de alto custo e com a produção controlada pelas multinacionais. O futuro das redes de Cabodifusão serão as redes de Telemática, com integração completa de uma ampla gama de serviços de telecomunicações e informática e com transmissão de sinais digitais em cabos de fibra óptica. Desde 1975 o Brasil estuda esta tecnologia e o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento – CPqD da TELEBRÁS, em Campinas, detém tecnologia de ponta nesta área. Era necessário, por isso tudo, acelerar a implantação dos sistemas de Cabodifusão com a base tecnológica antiga.

Essa forte associação de interesses entre grupos voltados para a exploração comercial das redes e as indústrias vivendo uma crise e necessitando de alternativas de produção obrigou o Ministério a apostar muito prestígio na implantação dos serviços de Cabodifusão. Para levar à frente o seu projeto e dos interesses que representava, o Ministério teve de assumir posições politicamente muito desgastantes. Teve de revelar uma visão muito estreita de "tecnologia" pois, se a técnica empregada na difusão de sinais de áudio e vídeo por cabos coaxiais é dominada, o uso concreto dessas técnicas em serviços públicos de Cabodifusão – isto é, a técnica posta em prática nas relações de produção – é desconhecida no Brasil. Antes de se cogitar nos equipamentos e na configuração das redes, é preciso que se opte claramente pela natureza do uso social que será dado ao serviço. A exploração privada-comercial é uma possibilidade de destinação do serviço, mas jamais poderia ter sido considerada como a única. Além disso, o Ministério negligenciou deliberadamente a inevitável evolução do serviço de Cabodifusão para as redes digitalizadas de telemática que possivelmente se valerão dos cabos de fibra óptica que, em 1979, já estavam sendo desenvolvidos nos laboratórios das próprias empresas do Ministério, como a TELEBRÁS.

O esforço politicamente desesperado do Ministério para satisfazer os interesses dos grupos privados-comerciais da área da comunicação fez com que o discurso oficial minimizasse a importância social do novo serviço e de sua evolução necessária para as redes de telemática. O Ministério, por isso, anunciava que pretendia regulamentar apenas as redes mais simples, de mera distribuição unilateral do sinal de áudio e vídeo, deixando – sem nenhuma justificativa aceitável – para "mais tarde" a legislação sobre os serviços mais complexos que inevitavelmente se desenvolveriam a partir das redes já monopolizadas pelos grupos privados.

Depois da derrota do Ministério em 1979, uma nova estratégia começou a se delinear. O Ministério que era extremamente cauteloso ao falar do futuro dos sistemas de comunicação, especialmente os de telemática, passou a propagandear a sua eminência no Brasil, e a importância de suas repercussões sociais. Não é mera coincidência o fato de que, após a derrota de 1979, parece ter-se desreprimido um discurso público sobre a telemática e o futuro dos sistemas de comunicação no Brasil. Diversos grupos econômicos passaram a orientar-se para o desenvolvimento da telemática no País. O Ministério parece ter resolvido introduzir diretamente as redes de telemática e os sistemas mais complexos de Cabodifusão, ao invés das simples redes de transmissão unidirecional de sinal de áudio e vídeo.

A aprovação da instalação do satélite doméstico, finalmente decidida em 1982 – como admitiu em 1979 o próprio Ministério na defesa do seu projeto de Cabodifusão – dará um novo e grande alento à implantação do novo serviço. E também não parece ser coincidência que em 1982 o Ministério, através da Secretaria Geral, tenha voltado a falar na implantação do serviço de Cabodifusão através da lei específica. O Ministério parece estar aguardando que a precipitação dos fatos crie uma situação mais favorável a uma rápida implantação do serviço de Cabodifusão explorado por grupos privado-comerciais.

5.2. O "caso" Videotexto

Coincidentemente, na época em que o Ministério das Comunicações anunciava oficialmente o recuo quanto à imediata regulamentação e implantação do serviço de Cabodifusão, o grupo BRASILINVEST, presidido pelo empresário Mário Garnero e notório representante de interesses de empresas estrangeiras, tomou a iniciativa de propor à Telecomunicações de São Paulo S/A (TELESP) a realização de estudos para a implantação do Videotexto. A TELESP aceitou e foram contratados os serviços de consultoria do BRASILINVEST:

"Até aqui, a TELESP já ganhou razoável experiência a respeito do sistema de informações pelo vídeo – revelava a revista Nacional de Telecomunicações em junho de 1980. Para a avaliação inicial das possibilidades do Prestel e de outros sistemas existentes no mundo, a TELESP contratou os serviços de consultoria do BRASILINVEST, no ano passado. (. . .)

"Enquanto fazia uma avaliação do sistema do ponto de vista de investimento, *hardware* e *software*, a TELESP pediu ao BRASILINVEST a elaboração de uma pesquisa de mercado para conhecer melhor a expectativa de São Paulo diante de um serviço deste tipo."[9]

A pesquisa feita pelo BRASILINVEST indicou perspectivas muito favoráveis. E através da Portaria nº 157, de 28 de maio de 1980, o Ministro Haroldo Corrêa de Mattos (das Comunicações) autorizou a TELESP a elaborar "um estudo de viabilidade para implantação de sistema destinado à veiculação comandada de informações literárias e gráficas, através da rede telefônica, com saída em televisão convencional ou outros (sistema 'videotex')". Autorizou também a TELESP a "implantar, na cidade de São Paulo, um sistema piloto para avaliação de viabilidade e para testes operacionais". Segundo esta Portaria, a TELESP não podia "envolver-se com a geração de informações a serem veiculadas".

A Portaria nº 157/80 justificou as autorizações com "a necessidade de estimular a pesquisa e o desenvolvimento de usos alternativos para o sistema telefônico" e com "a conveniência de desenvolver projetos piloto desses usos alternativos em áreas sócio-econômicas adequadas às finalidades específicas a que se destinam".

Com esta decisão que beneficiou a TELESP – e, indiretamente, o BRASILINVEST e os interesses que este representa – o Ministério das Comunicações rompeu com o critério que em 1974 foi aplicado contra a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Na oportunidade, a Universidade foi proibida de implantar um sistema piloto de serviço de Cabodifusão para desenvolver tecnologia e fazer estudos sobre o sistema, de modo a subsidiar a elaboração de legislação. Com a Portaria nº 157/80, o Ministério mudou o critério, embora a orientação fosse a mesma: atender os grupos econômicos que pressionavam a abertura de "novos mercados". Com a experiência da TELESP, ativa-se o mercado de serviços (fornecedores de informações) e o industrial (com a produção de equipamentos para o sistema).

[9] O videotexto está chegando. *Revista Nacional de Telecomunicações*. São Paulo. n. 14. jun. 1980, p.12.

Em janeiro de 1981 a TELESP anunciou a opção pelo sistema "Teletel" francês, com tecnologia da Matra Communications et Télématique.[10] A opção contou com a aquiescência da Secretaria Especial de Informática.[11] Para o sistema piloto a ser implantado pela TELESP foi comprado um pacote tecnológico da Matra, incluindo um lote de 1.500 terminais de acesso – sendo mil adaptadores de receptores de TV domésticos e 500 terminais institucionais, de uso comercial – e 50 terminais de editagem.[12]

Na Estação Vila Mariana da TELESP foi preparada a instalação dos computadores que constituíram o banco de dados do Sistema Central Videotexto, com capacidade "para atender até 4.500 terminais de usuários e 120 mil páginas".[13]

Em dezembro de 1981, "o grupo 'O Estado de São Paulo , composto pelo jornal 'O Estado', 'Jornal da Tarde', 'Editora EP', 'Rádio Eldorado' e 'Agência Estado', visando expandir suas atividades e promover a abertura de novos campos para a mão-de-obra jornalística, assinou com a TELESP o primeiro contrato nacional para a utilização do Videotexto".[14] Desde então, e até dezembro de 1982, 54 outras empresas se associaram à TELESP como fornecedoras de serviço para o Videotexto.[15]

Nos dias 24 e 25 de junho de 1982, a TELESP realizou o "I Seminário Internacional de Videotexto", aberto pelo Secretário Geral do Ministério das Comunicações, Rômulo Villar Furtado. O Seminário "constou de nove palestras de especialistas que desenvolvem trabalhos com essa mídia nos Estados Unidos, França, Alemanha, Reino Unido e Brasil.[16] A abertura do Seminário contou com a presença do então Secretário Especial de Informática, Joubert de Oliveira Brízida. O seu encerramento foi presidido pelo general José Antonio Alencastro e Silva, presidente da TELEBRÁS.

Em julho de 1982 foi aberta concorrência para a produção dos protótipos de adaptadores residenciais e de terminais institucionais de

[10] TELESP escolhe o Teletel. *Revista Nacional de Telecomunicações*. São Paulo, n.22. fev. 1981. p.38.
[11] Ibidem, p.38.
[12] Um europeu está virando brasileiro. *Informe Videotexto Telesp*. São Paulo, n.1 nov. 1981. p.2.
[13] Banco de dados na Vila Mariana. *Informe Videotexto Telesp*. São Paulo, n.3. jan. 1982. p.2.
[14] "Estadão" assina contrato de serviço. *Informe Videotexto Telesp*. São Paulo, n.3 jan. 1982. p.1.
[15] Wanderley, Jorge. O panorama mundial do videotexto. *Data News*. Rio de Janeiro, n.166/167. 28 de dezembro de 1982. Suplemento. p.18.
[16] Especialistas falam de suas experiências. *Informe Videotexto Telesp*. São Paulo. n. 8. jun. 1982. p. 1.

Videotexto, a partir da tecnologia importada da empresa francesa Matra. A concorrência despertou interesse em 37 empresas, sendo que apenas sete ficaram até a etapa final: Digitel, Splice, Fotóptica em associação com a Dynacom, Ericsson, Parks, EPD com Telbra (ex-Standard Electrica e "nacionalizada" pelo BRASILINVEST) e Gradiente. A concorrência foi vencida pela Digitel, do Rio Grande do Sul, e pela Splice, de Sorocaba, e a decisão foi considerada política por recair sobre duas empresas nacionais de pequeno porte, apesar das declarações em contrário da TELESP:

"Na versão de Daniel Francisco (engenheiro do projeto Videotexto), o fato de a escolha ter recaído em indústrias de pequeno porte e capital não obedeceu a qualquer decisão política.

"Segundo sua versão, os diretores e engenheiros da TELESP e da TELEBRÁS que julgaram as propostas avaliaram três aspectos: o perfil da empresa, onde foram considerados itens como capacitação de engenharia e saúde financeira; a concepção do projeto, que analisou inúmeros atributos, como a arquitetura do *design*, o tipo de microprocessador utilizado e a disponibilidade dos componentes.

"As notas distribuídas entre os sete finalistas variaram entre 7,3 e 9,5 pontos, explica Francisco, observando que as empresas maiores mostraram projetos de tecnologia bastante avançados, mas que pecaram pelo custo excessivo".[17]

As empresas vencedoras, conforme as determinações da concorrência, deveriam apresentar as especificações dos projetos até outubro de 1983, acompanhadas de 10 protótipos. Mas a concorrência ainda abria uma oportunidade para a inclusão das grandes indústrias no negócio ao definir que, a partir da conclusão dos protótipos, seria aberta uma nova concorrência para a produção de 2 mil adaptadores residenciais e mil terminais institucionais, que completariam a segunda fase do sistema piloto. Além disso, qualquer indústria poderia produzir os equipamentos, desde que estes fossem homologados pela TELESP:

"Quando os projetos ficarem prontos, eles serão comprados pela TELESP – por um valor que nenhum dos interessados revelou – que fará uma nova concorrência para decidir quais indústrias serão escolhidas para fabricar os equipamentos. Segundo o acordo firmado entre a Associação Brasileira da Indústria de Computadores e Periféricos (ABICOMP) e a TELESP, esta última se comprometeu a contratar com empresas nacionais a fabricação dos 2 mil adaptadores domésticos e dos mil terminais institucionais que faltam para completar o teste piloto,

[17] Splice e Digitel vencem a disputa do Videotexto. *Revista Nacional de Telecomunicações*. São Paulo, n.43. nov. 1982. p.122.

mediante a transferência de tecnologia de projeto que está sendo desenvolvida.

"Independente das empresas selecionadas em concorrência, porém, Francisco acrescenta que qualquer indústria interessada pode tentar disputar esse mercado. Entre estes pleiteantes estariam a Itautec e a Polymax, que chegaram atrasados para a concorrência. Desde que atendam às especificações da TELESP, eles são homologados e podem ser comercializados normalmente, explica Francisco. Basicamente, o esquema é o mesmo vigente para os aparelhos telefônicos. O assinante aluga o equipamento instalado pela TELESP, mas pode adquirir outro modelo qualquer disponível no mercado".[18]

Tanto a Splice como a Digitel, entretanto, mostravam-se confiantes de que seriam selecionadas na concorrência para produção dos terminais: "De nossa parte, estamos certos de que seremos fortes candidatos a vencer também a concorrência industrial. Primeiro porque detemos uma estrutura de desenvolvimento e produção satisfatórios. Depois, já acertamos com a Dismac um acordo de manutenção e comercialização dos sistemas – revela com otimismo Alexandre Beldi, procurador geral da Splice".[19]

"O primeiro lote de equipamentos correspondentes à fase industrial a ser adquirido pela TELESP é de 3 mil unidades, e a Digitel espera garantir 50% desse número".[20]

Os projetos de terminais encomendados à Splice e à Digitel foram previstos para possibilitar uma integração mais ampla de telecomunicações e informática: "A pedido da TELESP, o projeto dos terminais deverá permitir o acoplamento de microcomputadores, impressoras e videocassetes, assim como ter facilidades de software que permitam futuramente a competição desse produto com os microcomputadores de uso pessoal. Essa exigência da TELESP foi feita visando ao aumento da clientela de usuários do equipamento".[21]

No dia 25 de abril de 1983, a Itautec, subsidiária do banco Itaú que opera na área de informática, "com um bem planejado lance de marketing, a empresa anunciou o início da produção desse equipamento para o segundo semestre deste ano e, por antecipação, situar-se como um dos futuros ocupantes do mercado, ao lado das duas firmas selecionadas pela TELESP: a Digitel e a Splice.

[18] Ibidem, p.43.
[19] Splice e Digitel começam a desenvolver videotexto. *Data News*. n.156/157. 19 de outubro de 1982. p.28.
[20] Digitel terá videotextos em 10 meses. *Data News*. Rio de Janeiro, n.160. 9 de novembro de 1982. p.19.
[21] Ibidem, p.19.

"O projeto desenvolvido pela Itautec permitirá, ao mesmo tempo, que a empresa aumente sua faixa de atuação entre os usuários dos serviços de Videotexto: o terminal poderá se transformar em microcomputador pessoal, com expansão de memória para 48 kbytes e interfaces para ligação de impressora e unidade de disquete.

"De acordo com os responsáveis pelo projeto, serão fabricados dois modelos: o residencial, para ser ligado a um televisor comum, e o institucional, com monitor de vídeo próprio, destinado às empresas. Os planos prevêem a comercialização, através de leasing, venda e aluguel, e a intenção é de que o modelo residencial possa ser vendido ao preço de um televisor a cores, embora seja certo que esse alvo não consiga ser atingido na fase inicial".[22]

Essa intensa movimentação das indústrias do setor de informática e a atração de outras indústrias de telecomunicações para o setor – como a Standard Elétrica, que foi "nacionalizada" com a participação do BRASILINVEST – podem ser explicadas pela imensa expectativa em relação ao mercado de terminais: "Dentro de três anos, o mercado de terminais no País será da ordem de 100 mil unidades, e sua taxa de crescimento anual, nos próximos anos, não será inferior a 30%. O parque de microcomputadores, que também podem ser considerados terminais, só que desligados da rede, viverá uma explosão semelhante. Nesse mesmo período, o Videotexto contará com milhares de usuários, o teletexto se transformará na mídia eletrônica interativa de maior penetração, o teletex substituirá o telex tradicional. E a estruturação da informação – a produção e organização dos dados – se transformará num negócio muito significativo: segundo as previsões, algo em torno de dezenas de bilhões de dólares".[23]

A iniciativa da TELESP, investindo centenas de milhões de cruzeiros na criação de um serviço – ainda que amparado na rede telefônica convencional – contrariou a estratégia anunciada em 1979 pelo Ministério das Comunicações de não investir em serviços "não essenciais". A presença do BRASILINVEST na iniciativa demonstra a atenção que está sendo dada pelos setores mais dinâmicos do capital internacional. Aparentemente, a suspensão do projeto original de sistema de Cabodifusão defendido pelo Ministério das Comunicações – e o conseqüente recuo na entrega do monopólio das redes aos grupos privados – não impediu que se agilizasse a implantação de modernos serviços de Telemática que seriam instalados progressivamente através das redes de Cabodifusão. A

[22] Itautec sai na frente com terminal de videotexto. *Data News*. Rio de Janeiro, n.178. 19 de abril de 1983. p.12.
[23] Que negócio é esse? *Revista Nacional de Telecomunicações*. São Paulo, n.41. set. 1982. p.38.

implantação do sistema de Videotexto constitui, portanto, uma vitória dos ramos mais dinâmicos do setor eletrônico e da informática, em detrimento das empresas da área da comunicação e daquelas que se dedicam à produção de cabos e equipamentos eletrônicos de transmissão. Representa desse modo um avanço do setor industrial em relação aos grupos interessados na instalação e operação privado-comercial das redes. A implantação das redes públicas de Videotexto, sem as limitações impostas pelo controle privado-comercial – e apesar de não haver nenhuma garantia institucional de que isso persista – pode ser considerada um saldo positivo da iniciativa da TELESP.

Paralelamente à TELESP, a Telecomunicações do Paraná S/A (TELEPAR)[24] e a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) estão fazendo estudos de desenvolvimento de sistemas de Videotexto. A CRT está prevendo que até o final de 1984 seja lançada uma rede de Videotexto em Porto Alegre.[25] Essas experiências demonstram as possibilidades de uma rápida expansão do videotexto pelo Brasil e confirma a importância que vem sendo dada a essa nova mídia.

Mesmo que chegasse a ter limitações de expansão entre os usuários domésticos – o que parece improvável – o Videotexto tem imensas possibilidades de expansão em aplicações comerciais. No dia 12 de julho de 1982, por exemplo, a TELESP assinou contrato com a Associação Comercial de São Paulo (ACSP), que passa a fornecer através do sistema as informações do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC). Acredita-se que o videotexto, "em três anos, se torne o principal meio de informação de seus quase 14 mil associados, adiantou o presidente da Associação, Guilherme Afif Domingos. O volume de consultas feitas diretamente aos arquivos da entidade (via telefônica) para abertura de novos crediários chega atualmente a 30 mil. Salientou que em cada uma das lojas e magazines filiadas deverá ser instalado um televisor comum, adaptador e linha telefônica exclusivas do sistema".[26]

Outra área importante é a de aplicações bancárias. Sem citar o atendimento ao grande público, só as possibilidades de aplicações para uso interno das empresas financeiras já aponta para um gigantesco potencial: "um banco tem 300 produtos, que sofrem variações diutumamente. Na medida em que essas variações forem colocadas no banco de dados ficará mais fácil para o gerente manter-se informado", diz Élcio

[24] Telesp quer videotexto fabricado no Brasil. *Revista Brasileira de Telecomunicações*. Rio de Janeiro, v.4 jul./ago. 1982. p.20.
[25] A informação sem limites chega pelo vídeo da TV. *Ano Econômico*. Porto Alegre, n.1. 1983. p.62.
[26] Associação Comercial agilizará suas consultas. *Informe Videotexto Telesp*. São Paulo, n.9 jul. 1982. p.2.

Anibal de Lucca, gerente de marketing do Banco Noroeste.[27] Isso explica por que, entre os 55 fornecedores de serviço do sistema de Videotexto da TELESP, inscritos até dezembro de 1982, 17 eram instituições financeiras.

Pela importância dos aspectos sociais, econômicos e tecnológicos que envolve, a implantação do Videotexto suscita preocupações principalmente quanto aos aspectos institucionais. Amparado numa mera Portaria do Ministério das Comunicações, o Videotexto está sendo implantado "de fato", precedendo a legislação. Apesar da admissão pública das potencialidades e da imensa repercussão social do Videotexto, a TELESP vem conduzindo a sua implantação guiada apenas por critérios mercadológicos e industriais. O vulto dos investimentos já realizados e as dimensões do "sistema piloto" que está sendo implantado levarão a que o modelo de Videotexto criado em São Paulo prevaleça "de fato", sendo posteriormente legitimado através de legislação. Aliás, como aconteceu com a radiodifusão no Brasil e com a maioria das inovações tecnológicas na área da comunicação.

A implantação do Videotexto através desse "sistema piloto" controlado pela TELESP e com o acompanhamento direto dos interesses de grupos econômicos – o BRASILINVEST tem instalado na TELESP um escritório de "consultoria" que dirige o projeto – suscita também sérias questões políticas. Na experiência do videotexto o Ministério das Comunicações deu à TELESP – e através da TELESP a determinados grupos econômicos, como os que são representados pelo BRASILINVEST – uma condição privilegiada que antes foi negada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Essa Universidade teve vetada uma iniciativa de implantação de um sistema piloto de serviço de Cabodifusão. O Ministério negou alegando que primeiro deveria ser aprovada a legislação. No caso do Videotexto mudam-se os critérios e, antes da legislação, implanta-se um sistema piloto, o que evidencia que o Ministério das Comunicações tem um procedimento diferente quando pressionado por grupos econômicos.

5.3. O "caso" Teletexto

As iniciativas que estão sendo tomadas para a implantação do Teletexto indicam circunstâncias ainda mais graves do que as que envolvem a introdução do Videotexto pela TELESP. No caso do Teletexto, diversas empresas privadas estão recebendo autorização do Ministério das Comunicações para desenvolver projetos experimentais e subsi-

[27] Ferramenta mercadológica. *Dados e idéias*. São Paulo, n.48. maio. 1982. p.21.

diar a criação de legislação. Isto é, empresas privadas, que operam comercialmente e têm interesse na exploração desse novo serviço, estão sendo autorizadas a desfrutar de um privilégio que já foi negado a Universidades brasileiras.

A Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS), que atua principalmente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, é pioneira na experimentação do Teletexto, e chegou a prever uma operação piloto com cerca de 500 receptores: "A empresa vai se utilizar da TV Gaúcha para pôr em prática o projeto e, posteriormente, comercializar as informações contidas em bancos de dados. O Jornal Zero Hora (da mesma empresa) participará como fornecedor de notícias e outras informações para o sistema".[28]

Também o Jornal do Brasil, a Rede Bandeirantes de Televisão e a Rede Globo estão preparando a implantação do serviço de Teletexto. Na Rede Bandeirantes, um dos responsáveis pela implantação do novo serviço é o ex-ministro das Comunicações, comandante Euclides Quandt de Oliveira,[29] o mesmo que negou à Universidade Federal do Rio Grande do Sul autorização para implantação de um sistema piloto de serviço de Cabodifusão. E a imprensa informa que pelo menos a Rede Globo recebeu autorização para operar experimentalmente o serviço de Teletexto:

"A TV Globo acaba (outubro de 1982) de receber autorização para fazer o primeiro teste em sistema de teletexto (transmissão de informações armazenadas em computador através da televisão). Para executar este trabalho contará com a assessoria técnica da Victori, empresa coligada ao grupo Globo. No estande da Victori, na Feira de Informática, a informação é de que os testes estão em fase inicial e 'é muito prematuro ainda falar a respeito'. O objetivo do programa de avaliação (vários sistemas serão testados) é examinar as possibilidades do teletexto, se será ou não adotado pelo Globo, selecionar o sistema mais adequado – em caso de se decidir pelo uso do serviço – e fornecer subsídios às autoridades competentes em termos de regulamentação. 'Até agora', diz um funcionário da Victori, 'ninguém sabe como funciona isto e apenas a TV Gaúcha (RBS) está fazendo testes de Teletexto, além da Globo'."[30]

O engenheiro Ivo Facca, diretor técnico do Sistema da TV da RBS, é mais enfático na caracterização da importância que terão essas

[28] A aldeia global dentro de casa. *Ano Econômico*. Porto Alegre, n.1 1983. p.66.
[29] Teletexto da Bandeirantes. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, 23 e 25 de outubro de 1982. Suplemento: Relatório Gazeta Mercantil/Dados e Idéias. p.2.
[30] Sistema de teletexto. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, 23 e 25 de outubro de 1982. Suplemento: Relatório Gazeta Mercantil/Dados e Idéias. p.2.

experiências piloto para a definição da legislação: "Essa etapa é de extrema importância porque a nossa experiência, junto com as demais que estão sendo feitas no País, irá definir o padrão brasileiro de teletexto".[31]

As iniciativas dos grupos privados para a implantação do Teletexto, com o apoio ostensivo do Ministério das Comunicações, vêm acompanhadas de uma política de marginalização de outros setores e entidades, além daquelas que estão sendo beneficiadas. Em outubro de 1982, o Departamento de Artes da Universidade Federal de Santa Catarina manifestou interesse – por especial solicitação do Curso de Comunicação Social – de debater com o Ministério das Comunicações a regulamentação de novas tecnologias, especialmente a do Serviço de Cabodifusão, TV por Assinatura e Teletexto. Esse interesse foi expresso através de ofícios enviados ao Ministro, ao Secretário Geral e ao Secretário de Radiodifusão. Em lacônica resposta o Coordenador de Comunicação Social do Ministério das Comunicações, Pedro Paulo Wandeck de Leoni Ramos, respondeu o seguinte:

"Incumbiu-me o Senhor Ministro das Comunicações de acusar o recebimento do ofício nº 110/82/RTS, oriundo desse Departamento.

"Com referência ao objeto do documento, esclareço que a regulamentação mencionada não envolve assuntos pertinentes à área de programação, de justo interesse de um Departamento de Artes, atendo-se exclusivamente ao enfoque técnico".

A tosca resposta do secretário Wandeck Ramos, ex-presidente da Radiobrás, não exige maior análise para que se entenda a que interesse serve. Mas vale a pena registrar uma manifestação do engenheiro Victor Purri Netto, Coordenador do Conselho Técnico da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT). Esse engenheiro – no ofício AM 11.56/80, de 13 de junho de 1980, dirigido ao prof. Antônio Abelin, Superintendente Administrativo da ABERT – faz uma afirmação onde deixa claro que, no privilegiado diálogo que têm com o Ministério das Comunicações, os empresários não se deixam enganar pelo chamado "enfoque técnico":

"Felizmente, temos um Ministério muito consciente da importância da ABERT, mas se algum assunto já vem de lá tendo nascido com um certo sentido ou filosofia de regulamentação, sempre será mais laborioso mudar as coisas para se afeiçoarem aos interesses da radiodifusão".[32]

[31] A informação sem limites chega pelo vídeo. op. cit., p.66.
[32] Conforme fotocópia do documento original.

Através do ofício AM 11.46/80, também de 13 de junho de 1980, o mesmo engenheiro Purri Netto apresenta um relatório de assuntos discutidos pelos empresários com o Ministério das Comunicações. No final, o relatório fala sobre a implantação de novas tecnologias na área de radiodifusão e – com afirmações que beiram o escândalo – Purri Netto explica como os empresários manipulam os assuntos da área do Ministério das Comunicações:

"Achamos que essas novidades tecnológicas chegarão a nós inevitavelmente. Sugerimos que seria melhor que a ABERT iniciasse o assunto que seria mais acertado do ponto de vista dos interesses da radiodifusão do que receberem, os radiodifusores, normas que venham a ser longamente discutidas, não correspondendo, de pronto, às necessidades dos concessionários.

"Os assuntos acima relacionados foram comentados em reuniões do GEICOM, às quais estivemos presentes, e constam de vários relatórios anteriores da representação da ABERT naquele órgão.

"Pensamos que levar estes problemas à consideração da Diretoria da ABERT é a melhor maneira de dar partida a um estudo que tem raízes técnicas mas que engloba, muito mais, os interesses comerciais, políticos e sociais de nossa radiodifusão"[33] (102, ver anexo 40).

Outro documento revela o modo como se tratam os assuntos no Grupo Executivo da Indústria de Componentes (GEICOM), constituído entre o Ministério das Comunicações e o da Indústria e Comércio e com a participação das empresas. Trata-se de uma reunião do Grupo Setorial de Radiodifusão do GEICOM, realizada na sede do órgão, no Rio de Janeiro, no dia 12 de maio de 1980. Dessa reunião participaram: Lourenço Nacib Chehab (Secretário de Radiodifusão do Ministério das Comunicações), Salomão Wajnberg, Orlando Celso da Silva, Carlos Zayas D'Harcourt, Wilson da Silveira Brito, Djalma S. Ferreira (Sistema Globo de Rádio), Ivo Facca (Rede Brasil Sul de Comunicações – RBS), José Alípio Madeira, Ciro Mendonça da Conceição, Paulo Roberto Silva, Victor Purri Netto (Rede Tupi). As informações que transcrevemos são de um relatório desta reunião – que, como não poderia deixar de ser, leva o timbre de "confidencial" – que trata de um assunto importante e polêmico: a implantação do satélite doméstico brasileiro. A seguir, alguns trechos desses debates sobre a matéria:

"O eng. Carlos (Zayas D'Harcourt) pergunta sobre o satélite brasileiro, já que a sua firma se interessaria na fabricação de equipamentos de recepção de satélites.

[33] Idem.

"O prof. Chehab (Secretário de Radiodifusão) responde que a COBAE – Comissão Brasileira de Atividades Espaciais já aprovou o satélite brasileiro.

"O eng. Carlos disse que gostaria de ficar bem informado a respeito, pois sabe que muita gente já tem protótipos e ele, com a sua fábrica, não gostaria de ficar de fora.

"Assume a palavra o eng. Salomão (Wajnberg), informando a respeito das discussões havidas sobre transmissão por satélite, na Argentina, por um grupo destinado a estudar o assunto recomendando que essas informações são estritamente confidenciais."[34]

Enquanto abre seus assuntos "confidenciais" à intimidade de certos interesses empresariais, o Ministério das Comunicações nega, a outras entidades, o debate das políticas de Comunicação. Foi com esta postura que, mais uma vez, o Ministério das Comunicações respondeu ao ofício nº 164/GR/83 de 11 de fevereiro de 1983, onde o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina solicitou que a Universidade participasse do processo de regulamentação de novas tecnologias de comunicação. A esta solicitação, através do ofício CT nº 166/83-GM de 8 de março de 1983, o chefe do Gabinete do Ministério das Comunicações assim respondeu:

"Em atenção ao solicitado, incumbiu-me o Exmo. Sr. Ministro de informar a Vossa Magnificência que, na análise da referida regulamentação, este Ministério tem mantido contato com Associações de Classe e outros organismos, cujos interesses estejam ligados diretamente à matéria. No entanto, lamento informar a impossibilidade de ouvir as universidades e outras instituições que, eventualmente, poderiam demonstrar preocupação pelo assunto."[35]

Com esta política o Ministério das Comunicações estava também desrespeitando uma Recomendação da Secretaria Especial de Informática – formulada pela Comissão Especial sobre Serviços de Consultas a Bases de Dados, cujo relatório foi divulgado pela SEI em fevereiro de 1982 – que estabelecia o seguinte, considerando a introdução no Brasil "das mídias eletrônicas conhecidas como videotexto e teletexto":

"A constituição, pelo Ministério das Comunicações, no menor prazo possível, de uma comissão composta por entidades públicas e privadas interessadas no assunto, com a finalidade de estudar e estabelecer o padrão para os serviços de videotexto e teletexto."[36]

[34] Idem.
[35] Idem.
[36] Secretaria Especial de Informática. *Relatório da Comissão Especial sobre serviços de consultas a bases de dados.* Brasília, 1982, Mimeo.

Respondendo como respondeu à Universidade Federal de Santa Catarina, o Ministério das Comunicações arrogou-se o direito de determinar – apesar de sua manifestação expressa de interesse – que a Universidade não constituía instituição "cujos interesses estejam ligados diretamente à matéria".

5.4. O "caso" TV por Assinatura

A imprensa registra que já está "em análise no Gabinete Civil da Presidência da República", com "parecer favorável de altos funcionários do Ministério das Comunicações", a minuta do Decreto-Lei que regulamenta a Televisão por Assinatura (TVA).[37] A informação é de David Raw, da Associação Brasileira de Teleprodutores Independentes, que montou em *lobby* junto aos escalões governamentais para pressionar a implantação dessa nova tecnologia.

"A TVA é possibilitada por um sistema de transmissão de sinais codificados, veiculando programações especiais dirigidas a audiências seletas e com hábitos de consumo diferenciados. Os sinais codificados não são receptíveis por televisores comuns que não estejam acoplados a um decodificador, necessário para tornar as imagens inteligíveis no vídeo. O assinante do serviço de TVA deverá pagar, além de uma taxa inicial para instalação do decodificador, mensalidade relativa ao recebimento da programação especialmente elaborada.

"Filmes recém-lançados nas salas de cinema, documentários de alta qualidade, revistas econômicas, concertos musicais e até filmes pornô poderão compor a programação das TVAs, visto que o sistema assemelha-se a um circuito fechado de televisão, com público restrito e determinado, permitindo a mesma versatilidade de que gozam as salas de cinema de arte em relação à censura. (. . .)

"Diferente dos EUA, onde a TVA surgiu para testar a potencialidade do mercado consumidor de programação paga, podendo operar com sinais codificados apenas seis horas por dia, no Brasil as TVAs, segundo reza minuta do Decreto, poderão transmitir codificadamente durante todo o seu horário de programação.

"O mercado potencial de assinantes das TVAs está identificado entre os proprietários de televisores em cor (cerca de 8 milhões e 185 mil, no Brasil, em 1982), o que constitui perspectiva de grande rentabilidade, principalmente nos grandes centros urbanos."[38]

Entre os interessados na exploração do serviço estão a Editora Abril e nada mais, nada menos do que o cidadão norte-americano natu-

[37] TV por assinatura: mais um serviço para o espectador brasileiro. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27 de março de 1983. Caderno B. p.10.
[38] Ibidem, p.10.

ralizado brasileiro Joseph Wallach, que representou os interesses do grupo Time-Life junto à Rede Globo, onde foi diretor por quinze anos. "Joe" Wallach deixou oficialmente a Globo em 1980, com a imprensa justificando sua saída por motivos de saúde. A saída do cargo de Superintendente Administrativo, entretanto, não desfez os seus vínculos com a Globo: "Joe" permaneceu na função de "assessor especial" de Roberto Marinho, não se sabendo apenas se seria mantido seu salário de cerca de 1 milhão de dólares por ano.[39] Por isso tudo, é bastante sintomático o retorno de "Joe" numa frente avançada de interesses econômicos pela implantação de novas tecnologias de comunicação.

6. A Urgência da Luta por Políticas de Comunicação

Para fazer frente ao controle técnico e legal dos meios de comunicação pelas empresas privado-comerciais foi lançada no dia 4 de julho de 1984 a Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação. Essa Frente propõe-se a lutar por interesses comuns de diversas categorias profissionais ligadas à área da comunicação e de entidades representativas da sociedade civil.

Trata-se de uma iniciativa que rompe com uma histórica apatia diante do Estado e das empresas privado-comerciais que definem e executam políticas de comunicação à margem dos interesses majoritários da sociedade, sejam estas políticas formalizadas ou não. A Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação ressalta a possibilidade de unificação das reivindicações das categorias diretamente ligadas à área da comunicação com os interesses das maiorias populares.

A reunião de entidades, realizada em Brasília nos dias 3 e 4 de julho, que resultou na criação da Frente, deu prosseguimento a um trabalho iniciado em outubro de 1983, em Florianópolis. Os debates iniciaram com a realização simultânea do III Encontro Latino-americano das Faculdades de Comunicação Social e do VII Congresso da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação, eventos organizados pelo Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Catarina, e tiveram como tema "Políticas Nacionais de Comunicação".

Para a reunião de encerramento do VII Congresso da ABEPEC foram convidadas diversas entidades com interesses na área da comunicação. Aceitaram o convite, além das entidades fundadoras da Frente, o Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos do Rio de Janeiro, o Sindica-

[39] A Globo sem Joe. *Veja*. São Paulo, n.607. 23 de abril de 1980. p.79.

to dos Engenheiros do Rio Grande do Sul, o Grupo de Mídia de São Paulo, a Associação dos Profissionais de Processamento de Dados – Secção RS, Ordem dos Advogados do Brasil – Secção RJ, a Sociedade de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM e a União Cristã Brasileira de Comunicação – UCBC. Participaram também da reunião as deputadas Cristina Tavares e Bete Mendes.

Os participantes da reunião, na oportunidade, aprovaram a idéia de criação de uma Frente de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação para o Brasil e decidiram submeter a proposta à apreciação das direções das entidades e às suas bases. A realização de uma nova reunião destas e de outras entidades com interesse no tema foi marcada para dezembro de 1983, mas enfrentou dificuldades. A iniciativa só foi retomada em julho de 1984, culminando com criação da Frente.

Formalizando a criação da Frente foi lançado um documento que expressa as diretrizes de luta, as reivindicações e o compromisso dos seus integrantes buscarem "a reconciliação dos meios de comunicação com os interesses e as necessidades da população brasileira".

O documento também inclui propostas concretas para a transformação do Rádio e da Televisão, da Imprensa, do Cinema, do Teatro e dos Espetáculos Artísticos, da Censura, da Publicidade, da Tecnologia, da Liberdade de Informação, da Educação e da Comunicação Popular.

Em nosso entendimento, só uma iniciativa como essa pode confrontar a hegemonia das empresas privado-comerciais sobre os meios de comunicação com os interesses das maiorias. A iniciativa é particularmente importante num momento em que essas empresas pressionam por uma profunda reciclagem tecnológica do sistema de comunicação no Brasil. Só uma ampla mobilização urgente e inadiável das categorias profissionais e da sociedade civil poderá reverter a legitimidade jurídico-formal que sustenta e o controle privado-comercial dos meios, assegurado pela intervenção conivente do Estado.

As disputas no bloco do poder pela definição de uma Política de Informática criam condições propícias para o debate, que tem a oportunidade de ser aprofundado e ganhar amplitude política. Esse debate, porém, não pode ser restrito às novas tecnologias, mas tem que considerar a necessidade de uma profunda redefinição do controle técnico e legal do sistema de comunicação como um todo. E este não é um debate nem técnico, nem legal: é fundamentalmente político.